



**PRIMEIRO  
MINISTRO**  
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

**Discurso de S.Exa. o Primeiro Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Taur  
Matan Ruak**

**Na Ocasão Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2021**

*Parlamento Nacional, 30 de novembro de 2020*

Sua Excelência,  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional;  
Suas Excelências,  
Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional;  
Suas Excelências,  
Senhoras e Senhores Deputados de todas as Bancadas Políticas;  
Excelências, Caros Colegas,  
Membros do VIII Governo Constitucional;  
Distintos Convidados;  
Minhas Senhoras e Meus Senhores  
Povo de Timor-Leste

**Introdução e contexto**

Este Orçamento do Estado que a nossa Nação se propõe aprovar foi desenvolvido em resposta aos desafios sem precedentes que a nossa Nação enfrentou em 2020. O meu Governo formulou este orçamento para revitalizar a nossa economia, proteger e investir no nosso Povo, e proporcionar aos nossos jovens as oportunidades de inserir-se na sociedade para realizarem os seus sonhos.

A documentação inclui 9 livros orçamentais diferentes, que totalizam cerca de 1.500 páginas e descrevem as despesas planeadas de 91 entidades: ministérios, secretarias de Estado e outras instituições públicas. Foram orçamentadas mais de 1.800 atividades diferentes. Vossas Excelências vão notar que o formato do orçamento deste ano mudou

significativamente, já que adotámos, pela primeira vez, uma abordagem orçamental baseada em programas. Isto garantirá uma base para a melhor gestão dos nossos resultados e desempenho, de para alocar mais eficientemente os escassos recursos públicos, tanto agora como no futuro. Em vez de repetir o que já foi detalhado nos livros, a minha intervenção procurará apresentar o contexto e a fundamentação das grandes decisões que estamos a tomar através do orçamento. Procurarei destacar tendências significativas e identificar algumas das mais importantes prioridades do nosso Governo para o próximo ano.

2020 foi o ano mais desafiante que enfrentámos, desde os primeiros dias da nossa independência! Fomos testados por meio de uma desastrosa sequência de eventos inesperados. Fomos confrontados com a pandemia da COVID-19, por inundações e por um impasse político alargado que pôs à prova a nossa própria democracia. Estes tempos únicos e desafiantes mostraram a força da nossa Nação e o seu sucesso em agirmos juntos, como um só, como um Governo unido ao serviço do seu Povo, e a capacidade social do nosso Povo para a resiliência e adaptação aos choques.

O Governo e nós, como Povo e como Nação, enfrentámos a COVID-19 de forma decisiva e eficaz. Rapidamente mobilizámos mais de US\$ 220 milhões de dólares, incluindo US\$ 92 milhões para medidas imediatas de resposta económica. Com um planeamento e rapidez sem precedentes, desenvolvemos uma unidade de resposta de emergência. Construímos um sistema de quarentena, testes, rastreios e localização. Reforçámos significativamente o nosso sistema de saúde e apoiámos os nossos profissionais de saúde e trabalhadores da linha da frente. O nosso Governo e o nosso Parlamento Nacional tomaram decisões ousadas e abrangentes, em tempo recorde. Protegemos as nossas fronteiras. O nosso Povo uniu-se. Os Timorenses usaram máscaras, lavaram as mãos e mantiveram o distanciamento social. Um total de 18 leis e regulamentos foram aprovados pelo Governo para garantir uma resposta oportuna à COVID-19. Poucos dias depois da declaração do estado de emergência, os subsídios à eletricidade estavam a ser aplicados e a água estava a ser fornecida gratuitamente. Reabastecemos as nossas reservas de alimentação de emergência. Mantivemos a nossa conectividade internacional através de Darwin, para manter o movimento dos abastecimentos e de especialistas. Cerca de 300.000 famílias receberam uma transferência de US\$ 200 dólares em dinheiro com carácter universal. Pagámos subsídios salariais. Demos apoio aos nossos estudantes que ficaram no exterior sem poder regressar e estimulámos a produção agrícola. As nossas medidas de estabilização protegeram as famílias da perda de rendimentos, da queda na pobreza e no desemprego, e ajudaram as empresas a manter o seu fluxo de caixa e a manter muitos trabalhadores empregados. Além desta resposta imediata, no dia 12 de agosto, o Governo aprovou um Pacote de Recuperação Económica. Este pacote contém 71 medidas de curto e médio prazo, a implementar entre 2021 e 2023. O plano visa aumentar o emprego, garantir que todos os postos de trabalho sejam produtivos e dignos. Visa estimular o investimento social público, na educação, saúde, habitação e proteção social. Por último, visa promover setores e áreas que contribuam para o crescimento económico. O custo

total deste programa no Orçamento do Estado para 2021 será de US\$ 124 milhões de dólares.

Até que ponto conseguimos proteger a nossa economia e a saúde do nosso Povo?

O nosso Ministério da Saúde e as nossas forças de segurança agiram com precisão. Havia receios de que poderíamos ter entre 13.000 e 65.000 pessoas infetadas. O pior cenário projetava quase 12.000 mortes em Timor-Leste. Apesar destes receios, o nosso País conseguiu um dos melhores resultados sanitários, não só na nossa região, mas em todo o mundo. Até agora, apenas 30 pessoas foram infetadas e, neste momento, não temos nenhum caso ativo. Estamos livres de transmissão comunitária. Timor-Leste é um dos únicos 26 países do mundo onde não se registaram mortes. Quando o nosso futuro coletivo foi posto em causa, conseguimos dar uma resposta conjunta e coordenada, que nos permitiu superar algumas das piores ameaças da pandemia. Por enquanto, de muitas formas, a vida continua normalmente.

Na altura da pandemia, as previsões económicas eram igualmente terríveis. Algumas projeções previram quedas do PIB entre 10 a 15%. Havia preocupações generalizadas em relação à escassez de alimentos e à inflação dos preços. Receava-se que um grande número de famílias caíssem na pobreza de forma muito acentuada. Em 2020, não tínhamos um Orçamento do Estado aprovado, o que essencialmente congelou a despesa durante grande parte do ano. Isto afetou negativamente o crescimento económico, especialmente em setores como a construção. Desastres naturais, incluindo inundações enormes, atingiram quase 5.000 famílias no primeiro semestre do ano. Apesar destes obstáculos – COVID-19, congelamento do orçamento e uma catástrofe natural – em termos económicos, saímos muito melhor do que o esperado. Estimamos que o nosso PIB diminuirá não 10% ou 15%, mas apenas 6% em 2020. Estimamos que a inflação em 2020 atinja apenas 0,7%. Lidámos com a inflação dos preços dos produtos alimentares e críticos porque pusemos em prática medidas políticas para garantir que o aumento dos preços em bens de alta procura e acumulação não ocorresse, e focámo-nos na manutenção de um abastecimento alimentar funcional, fundamentalmente através do aumento da produção agrícola de produtos alimentares básicos, por meio de subsídios aos fatores de produção, essenciais para a época de plantação 2020/2021, e garantimos a continuidade na distribuição e abastecimento de bens essenciais, nomeadamente através de um *stock* nacional de alimentos de base, medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos clínicos.

Aprendemos muito com a nossa experiência em 2020. Aprendemos que o nosso Povo e o Estado são resilientes e capazes. Aprendemos que podemos ser muito inovadores. Aprendemos que temos de manter um sentido de urgência, se quisermos alcançar algo substancial. Por último, e talvez o mais importante, aprendemos que uma ação decisiva requer recursos decisivos.

O objetivo da política económica do Governo agora é acelerar a recuperação com um maior nível de apoio do Governo, uma vez que enfrentamos múltiplos desafios. O caminho para o progresso não será através de uma viragem desorientada e prematura para a austeridade orçamental, que impede o tão necessário caminho de uma forte recuperação, de um crescimento resiliente e inclusivo. Pelo contrário, com um estímulo orçamental robusto, que impulse significativamente a procura agregada, apresentaremos investimentos no setor privado e restabeleceremos a confiança dos consumidores. O Governo continuará a expandir a proteção das pessoas, a salvar postos de trabalho, a apoiar o consumo e a catalisar a atividade do setor privado.

### Tamanho do Orçamento

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Ilustres Deputadas e Deputados,

O nosso Orçamento do Estado para 2021 mobiliza recursos significativos para investir no nosso País.

A nossa economia não recuperará totalmente nem imediatamente destes choques. É assim em todo o mundo, em praticamente todos os países, uma vez que alterar o rumo leva tempo. O nosso setor do turismo e da hotelaria continuará a sofrer um forte impacto. Os preços do petróleo continuarão voláteis. Os movimentos internacionais de mercadorias continuam com limitações. Espera-se que os consumidores continuem a adiar uma parte dos seus gastos e os nossos parceiros comerciais enfrentam tempos económicos difíceis. Continuarão a existir perturbações da procura e da oferta. Por isso, estimamos que o nosso PIB não petrolífero cresça 3,9% em 2021, que haverá uma recuperação do investimento privado e do consumo das famílias. Esta reviravolta deve-se, em parte, ao estímulo orçamental anunciado no nosso Orçamento do Estado. E, ainda assim, esta taxa de crescimento, se concretizada, será a maior taxa de crescimento desde 2014. Infelizmente, devido à contração em 2020, o nosso PIB não petrolífero, uma medida da dimensão da nossa economia, só atingirá US\$ 1,57 mil milhões de dólares em 2021. Este é praticamente o mesmo nível que atingimos em 2017 e 2018.

Para garantir que a economia Timorense recupere em 2021, os esforços de desenvolvimento económico do Governo combaterão, de forma decisiva, a recessão, os problemas estruturais e os choques do coronavírus. Com uma população em crescimento, a necessidade de catalisar o crescimento económico é mais importante do que nunca.

No próximo ano, o Orçamento do Estado prevê gastar, no total, quase US\$ 1,895 mil milhões de dólares, dos quais cerca de US\$ 9,1 milhões de dólares serão contribuição dos parceiros de desenvolvimento. Este orçamento é 27% superior ao orçamento revisto do ano passado e equivale a cerca de três quartos do nosso PIB total. Ao todo, o nosso Governo gastará cerca de US\$ 1.400 dólares por cada cidadão Timorense. O que gastarmos

deve significar um retorno em valor. Tem de restaurar a nossa economia e tem de satisfazer as necessidades e expectativas dos nossos cidadãos.

Por que é que o orçamento deste ano é diferente dos orçamentos anteriores?

Em primeiro lugar, somos uma Nação jovem e temos de continuar a construir o nosso País e precisamos de ajudar para evitar uma recessão económica mais profunda e prolongada. A capacidade de estimular a economia permitirá uma recuperação mais completa, o bem-estar e um crescimento resiliente. É desejável uma resposta económica forte, que impulse a procura e a oferta na economia, apoiando a recuperação, e que ajude o emprego num momento em que a economia está deprimida.

A nossa história mostra-nos que, após a independência, as nossas infraestruturas foram praticamente destruídas e que nos faltavam competências, conhecimentos e *know-how*. À medida que a magnitude desses desafios se tornou evidente, a despesa pública aumentou para níveis elevados. Da mesma forma, a recessão atual e as múltiplas crises desaceleraram a atividade económica para níveis negativos do PIB observados nos primeiros anos pós-independência, mas, desta vez, o fosso da produção é mais alargado. Por conseguinte, à medida que as nossas despesas governamentais anteriores aumentaram durante as dificuldades persistentes, agora, na maior das crises, temos de nos concentrar em rapidamente mover recursos adicionais considerados estratégicos para levar a economia de volta aos níveis do PIB pré-coronavírus e, em seguida, para um caminho de crescimento resiliente e sustentável. Por isso, um investimento público continuado nas áreas das infraestruturas é necessário para a recuperação da nossa economia, deixando o setor privado com mais recursos e incentivando as empresas a investir em mais capital e a contratar mais trabalhadores, um "Timor-Leste saudável" é preciso para alcançar o bem-estar e a qualidade de vida, a educação é fundamental para garantir que as necessidades de aprendizagem e competências das crianças, jovens e adultos são satisfeitas, e as transferências condicionais de dinheiro para famílias vulneráveis são também muito importantes. Por exemplo, em 2021, vamos gastar US\$ 474 milhões de dólares em investimento de capital, um aumento de quase US\$ 271 milhões de dólares em relação ao ano anterior.

Em segundo lugar, subsistem riscos sanitários, económicos e sociais significativos, prevendo-se que os choques económicos descritos se prolonguem ao longo do ano. Enfrentámos uma recessão económica em três dos últimos quatro anos, em 2017, 2018 e 2020. Temos de levar cuidadosamente e rapidamente a nossa Nação para um crescimento positivo. Além disso, ao contrário de outros países, a nossa caixa de ferramentas monetária é limitada, uma vez que utilizamos dólares americanos e temos de confiar em estímulos orçamentais. Portanto, agora não é certamente o momento para a austeridade. Em tempos de crise, deveríamos adotar medidas de investimento e de despesas contracíclicas para garantir que a economia recupere fortemente e regresse à sua trajetória de crescimento a longo prazo.

A maioria dos países adotou medidas contracíclicas. Mesmo o FMI, no seu *Fiscal Monitor* de Outubro de 2020, considera que *"a ação da política orçamental ascendeu a cerca de US\$ 12 biliões de dólares a nível global e esta ação política contribuiu para restaurar, de forma regulada, as condições dos mercados financeiros e estender linhas de apoio às famílias e às empresas."* Ao defenderem o investimento público, estimam que *"um aumento de 1% do PIB em investimento público, em mercados avançados e emergentes, tem o potencial de, dentro de dois anos, aumentar o PIB em 2,7%, o investimento privado em 10%, e, mais importante, criar entre 20 e 33 milhões de empregos direta e indiretamente"*.<sup>1</sup>

Finalmente, em terceiro lugar e o mais importante, este também não é o momento de virar as costas aos mais vulneráveis da nossa sociedade. Muitos Timorenses continuam a viver dentro ou perto da pobreza e temos de nos continuar a dedicar para assegurar uma rede de segurança social forte, nestes tempos mais difíceis. Por exemplo, no nosso Orçamento do Estado, planeamos alargar o número de crianças vulneráveis que apoiamos, aumentando o apoio de 101.393 para 146.527 crianças, através do Programa da Bolsa da Mãe.

Sem um estímulo orçamental, manter-nos-íamos num caminho lento de recuperação e estaríamos a inverter os progressos conseguidos desde o restabelecimento da paz. As nossas políticas vão acelerar a recuperação, aumentar a procura agregada e restabelecer a confiança dos consumidores. Mais importante ainda, vão antecipar o investimento do setor privado, criar ou salvar postos de trabalho e assegurar que o setor privado continue a ser o nosso principal motor de crescimento. Os Timorenses podem ter a certeza de que o Estado garantirá que Timor-Leste saia da crise e que surja forte depois dela.

### Financiamento do Orçamento

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Ilustres Deputadas e Deputados,

O nosso Orçamento será financiado principalmente através de levantamentos do Fundo Petrolífero, impostos, receitas não fiscais, tais como licenças, encargos e taxas de utilização, empréstimos e contribuições dos doadores.

Em janeiro de 2021, o valor do Fundo Petrolífero será de cerca de US\$ 18,3 mil milhões de dólares. Este valor é mais US\$ 410 milhões do que no início de 2020. Este Fundo continua a ser património de todos e cada um dos Timorenses. É uma reserva de riqueza, bem como um meio de financiar serviços públicos críticos e promover o desenvolvimento da nossa Nação. Se o Fundo Petrolífero fosse uma conta bancária individual, cada Timorense teria quase US\$ 14.000 dólares na sua conta.

---

<sup>1</sup> *Fiscal Monitor* de outubro de 2020, FMI.

Como tal, o Fundo Petrolífero foi concebido para ser utilizado de forma sustentável, de modo a poder beneficiar as gerações futuras. O Fundo investe atualmente 5% em divisas, 55% em títulos de Estado, 35% em ações e até 5% em operações relacionadas com o petróleo, através de uma colocação de dívida privada na Timor GAP. Embora sejam esperadas algumas receitas petrolíferas no futuro, em 2022 e 2023, podemos esperar apenas mais US\$ 141 milhões de dólares. Nessa altura, as receitas podem parar, até que outras fontes de petróleo e gás natural entrem em funcionamento.

Em cada ano, um levantamento sustentável é calculado em 3% do valor da riqueza total do Fundo. Por isso, para 2021, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é de US\$ 547 milhões de dólares. Como descrito no nosso Orçamento do Estado para 2021, os levantamentos totais para as nossas atividades precisam de US\$ 1.378 milhões de dólares do Fundo Petrolífero, o equivalente a 7,5% da nossa riqueza petrolífera. Em 2021, os levantamentos serão superiores ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE) em US\$ 830 milhões de dólares.

Embora os levantamentos do Fundo Petrolífero não possam crescer indefinidamente sem prejudicar o financiamento de futuras despesas públicas, existem várias razões pelas quais acordámos retirar, este ano, estes US\$ 830 milhões a mais. Em primeiro lugar, vemo-nos confrontados com uma profunda recessão económica. Isto ameaça os padrões de vida e a nossa qualidade de vida. Coloca potencialmente a nossa população em risco extremo de pobreza. Nos tempos bons, devemos aumentar a nossa riqueza petrolífera, enquanto nos tempos maus devemos aproveitar para fazer investimentos diretos que apoiem a nossa economia nacional e beneficiem as gerações futuras. Em segundo lugar, a rentabilidade do Fundo Petrolífero desde o início de setembro de 2020 foi de 4,6% ao ano. Vários Governos retiraram, de facto, mais de 3% da riqueza disponível, ultrapassando o Rendimento Sustentável Estimado (RSE). Desde que o retorno da nossa despesa pública exceda 4,6%, por exemplo, quando construímos uma estrada ou uma escola, promovemos e desenvolvemos a diversificação na nossa agricultura ou educamos os nossos filhos, as retiradas são financeiramente justificáveis.

O Fundo Petrolífero financiará um pouco mais de 74% do nosso Orçamento do Estado para 2021. Para reduzir esta dependência, estamos a diversificar as nossas fontes de receita.

Em 2021, esperamos angariar US\$ 124 milhões de dólares em impostos diretos e indiretos, como impostos sobre o rendimento e impostos especiais de consumo e importação. Embora isto represente um aumento de 12% em relação a 2020, ainda é equivalente a apenas US\$ 93 dólares por pessoa, ou menos de US\$ 10 dólares por pessoa mensalmente. Estes níveis de cobrança de receitas não podem financiar os serviços públicos a qualquer nível significativo. Embora a necessidade de aumentar a cobrança de impostos seja clara a longo prazo, há desvantagens em relação a esta opção, quando comparada com o Fundo Petrolífero. Os impostos introduzem, potencialmente, distorções na economia e podem ter custos elevados de cobrança e cumprimento.

Além da cobrança de impostos, em 2021, esperamos angariar US\$ 54 milhões de dólares em taxas e encargos, incluindo pagamento de serviços públicos, licenciamentos, taxas de *royalties* e afins. A nossa recolha em 2021 deverá ser 6% superior a 2020.

Como alternativa ao Fundo Petrolífero, desenvolvemos uma estratégia para aumentar o endividamento concessionado e a emissão de dívida pública. Isto representa uma mudança importante e uma inovação fundamental. Uma vez que se espera que a taxa de juro destes instrumentos seja inferior ao retorno que temos agora dos nossos ativos no Fundo Petrolífero, esta é uma fonte de financiamento mais barata, que poupará dinheiro à Nação. No entanto, uma gestão sólida e transparente da dívida será fundamental para garantir que o endividamento estrangeiro garanta a contenção do custo da dívida e dos riscos fiscais. Para ser específico, propomos um limite máximo estimado de US\$ 400 milhões de dólares para novos empréstimos estrangeiros concessionados a negociar em 2021. Isto equivale a cerca de 26% do PIB. A nossa capacidade de transporte de dívida foi classificada como "média" pelo Quadro de Referência de Sustentabilidade para países de baixo rendimento do Banco Mundial - FMI, o que significa que podemos lidar com a acumulação de dívida, devido ao nosso desempenho macroeconómico sólido, sustentabilidade global da dívida e baixo risco de sobre-endividamento. Para aumentar ainda mais os financiamentos de que precisamos, também planeamos emitir títulos de dívida pública com um limite máximo de US\$ 20 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 1,3% do PIB.

Estes números dependem da aprovação do quadro jurídico das obrigações do Tesouro, em 2021.

Os empréstimos atuais contratados pelo Governo de Timor-Leste são utilizados para financiar projetos-chave de infraestruturas e continuam a ter taxas de juro relativamente baixas e períodos de carência significativos. O financiamento total em empréstimos, para 2021, é de US\$ 71 milhões de dólares. Prevê-se que os setores estratégicos como a água, a educação, as telecomunicações e os transportes aéreos recebam financiamento concecional. Isto ajudará a desencadear a diversificação e o potencial de crescimento de outras atividades económicas fundamentais, conduzindo a um crescimento económico inclusivo e à redução da pobreza.

Por último, a utilização total dos saldos de tesouraria para o Orçamento do Estado de 2021 é de US\$ 247 milhões de dólares, dos quais US\$ 150 milhões de dólares são do Fundo Consolidado e os restantes US\$ 97 milhões de dólares da RAEOA/ZEESM. Incluído nas nossas fontes de receita estão US\$ 9,1 milhões de dólares como apoio orçamental direto da União Europeia. Exortamos outros parceiros de desenvolvimento a seguirem a corajosa liderança da União Europeia e a contribuir, cada vez mais, para a utilização e reforço dos sistemas de gestão financeira do Estado.

Em resumo, a dependência do setor público não é permanente e as nossas despesas destinam-se a permitir o desenvolvimento humano e a promover o crescimento do setor privado. Serão tomadas novas medidas para salvaguardar os ativos do Fundo Petrolífero e

para garantir a sustentabilidade orçamental através do desenvolvimento de fontes provenientes de receitas alternativas, incluindo uma melhor cobrança fiscal e empréstimos concessionais. O Governo tornou as Reformas de Gestão Orçamental e Financeira Pública uma prioridade clara e está em curso o desenvolvimento de um programa detalhado e plano de ação, sob a liderança do Ministro das Finanças. Estas reformas otimizarão a conceção e implementação de investimentos públicos, assegurarão a transparência orçamental e a valorização da despesa pública e reforçarão a cobrança de receitas internas, para restaurar a sustentabilidade fiscal, assim que a nossa recuperação esteja em curso de forma clara.

A nossa estratégia económica e orçamental mantém o nosso compromisso com o desenvolvimento nacional de Timor-Leste, a melhoria da vida das pessoas, a redução da pobreza e uma boa política fiscal e sustentabilidade da dívida, que considera os interesses a longo prazo dos Timorenses e das gerações futuras.

### Visão geral das despesas

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Ilustres Deputadas e Deputados,

Em consonância com os quatro pilares do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, as despesas orçamentadas que vão servir para reforçar o nosso capital social serão de US\$ 541 milhões de dólares, US\$ 475 milhões de dólares para o desenvolvimento de infraestruturas, um apoio global de US\$ 338 milhões de dólares para o nosso desenvolvimento económico e US\$ 470 milhões de dólares para consolidar o nosso quadro institucional.

A recuperação será conseguida com um pacote abrangente de recuperação económica (PRE) que inclui investimentos consideráveis em infraestruturas, uma expansão da proteção social para as famílias mais vulneráveis e grandes investimentos na agricultura, na indústria e no turismo para alcançar uma maior produtividade. Com uma resposta considerável de quase US\$ 124 milhões de dólares, podemos evitar uma crise económica catastrófica e regressar a um crescimento económico mais forte.

Timor-Leste será também obrigado a reforçar a sua política económica e orçamental contra outras grandes e pré-existent vulnerabilidades e problemas estruturais. Características como os baixos níveis de rendimento, melhorias modestas no desenvolvimento humano e atrasos nas despesas do Governo, devido às restrições orçamentais ao longo de 2020, indicam que o País precisa de níveis de despesa críticos e ideais que possam ter impacto positivo sobre a estabilidade macroeconómica, as oportunidades económicas e as possibilidades de produção na economia.

De uma forma mais geral, o Orçamento do Estado para 2021 financiará um impulso nas infraestruturas, que permita o desenvolvimento humano e o crescimento sustentável do setor privado, a transformação estrutural da economia não petrolífera e a diversificação da base de exportação, que podem colocar Timor-Leste no caminho de um crescimento mais forte, mais inclusivo e resiliente. Este Orçamento também visa combater lacunas que permitam fazer crescer os setores da agricultura, saúde, educação, turismo, petróleo e produção, e faz investimentos para expandir a nossa proteção social, bem como melhorar as perspectivas educativas e os resultados de saúde das gerações atuais. Espera-se que os efeitos a longo prazo sejam positivos porque estamos a sair de um ponto abaixo do potencial de produção da nossa economia.

As nossas despesas são orientadas para:

- Investir a nossa riqueza petrolífera no nosso Povo, especialmente na nossa juventude. O futuro da nossa economia e do nosso desenvolvimento reside nos conhecimentos e competências do nosso Povo. Asseguraremos também que os nossos cidadãos possuam as competências necessárias para ocupar cargos técnicos e profissionais em todo o País;
- Ajudar o setor privado a criar empregos significativos e dignos. Promoveremos cada vez mais alguns setores-chave, como a exportação de café de gama alta, o processamento de produtos agrícolas, as pescas, o turismo e a construção. Com estes investimentos promovemos o comércio e o investimento direto estrangeiro. Melhoraremos significativamente o nosso clima de negócios;
- Reforçar a resiliência da nossa população através de uma rede de segurança social robusta, gestão de desastres, um sistema nacional de saúde mais forte, com maiores investimentos em cuidados de saúde primários e infraestruturas de saúde pública, e uma melhor gestão ambiental;
- Passar do desenvolvimento básico de infraestruturas, como estradas, para projetos estratégicos de infraestruturas que tenham um impacto claro e direto na economia e no rendimento das pessoas. Por exemplo, instalaremos um cabo submarino de fibra ótica, desenvolvendo um parque industrial e melhorando os nossos portos e aeroportos, a fim de garantir preços mais competitivos e o aumento da circulação de mercadorias e pessoas;
- Reformar o funcionamento do nosso poder judicial e da nossa administração pública, a fim de garantir a equidade, a eficiência, a inovação, a transparência e a boa relação custo-benefício em tudo o que fazemos.

No que falta da minha intervenção, vou destacar várias áreas prioritárias estratégicas do Orçamento do Estado para 2021.

## Prioridades da despesa

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Ilustres Deputadas e Deputados,

DESENVOLVIMENTO HUMANO/SOCIAL

### **Proteção Social**

Como componente do Orçamento do Estado, a proteção social é mais importante do que nunca para ajudar a estimular a procura interna e ajudar a economia a recuperar em 2021.

Para tornar a recuperação e o crescimento justos e equitativos, o Governo mobilizará os recursos financeiros necessários destinados a manter o sistema de proteção social de Timor-Leste à medida que saímos da crise, ao mesmo tempo que a fortalecemos e expandimos onde há lacunas, aumentando o acesso e aumentando a cobertura à nossa população nacional. O Governo está a tentar reinvestir na proteção social contributiva com a recente criação do Fundo de Reserva da Segurança Social de Timor-Leste para um melhor acesso e uma maior cobertura de grandes grupos de pessoas anteriormente excluídos. O financiamento proposto irá colmatar as lacunas de cobertura e atingir novos grupos significativos de indivíduos - mais 45.134 beneficiários, no âmbito da Bolsa da Mãe e mais cerca de 23.000 no caso dos antigos combatentes e suas famílias. Os beneficiários estão entre os mais vulneráveis aos atuais choques económicos e exigem um apoio mais alargado do Governo. Protegendo as pessoas e as famílias, a nossa proteção social ajudará a amortecer o golpe nos seus meios de subsistência, ao mesmo tempo que desempenha um papel central na recuperação económica.

A despesa social global para ajudar a fortalecer o sistema de proteção social ronda os US\$ 166,7 milhões de dólares, isto é, 8% do orçamento total do Estado. Isto inclui a atribuição do apoio orçamental exigido de US\$ 93,6 milhões de dólares para pagamentos de pensões e tratamento de saúde de veteranos, US\$ 42,7 milhões de dólares para transferências de segurança social para proteger trabalhadores e suas famílias, US\$ 15,5 milhões para a prestação de pensões a funcionários públicos permanentes, US\$ 8,9 milhões para melhorar a vida de crianças vulneráveis ao abrigo do Programa Bolsa da Mãe, e US\$ 6 milhões de dólares em pagamentos de pensões a ex-dirigentes e membros de órgãos de soberania. Com a mobilização destes recursos, protegemos as pessoas e as famílias e damos resposta às dimensões económica, sanitária e social da presente crise e de todas as crises futuras.

### **Educação e Saúde**

Timor-Leste precisa de aumentar e melhorar significativamente a oferta de bens públicos, como os cuidados de saúde e a educação.



A pandemia da COVID-19 revelou a importância vital do acesso a um sistema nacional de saúde de qualidade, capaz de fornecer cuidados de saúde e uma infraestrutura de saúde pública que cubra as necessidades da nossa população. O apoio orçamental total ao setor da saúde ascende a cerca de US\$ 86 milhões de dólares, isto é, 4% do orçamento total do Estado. O investimento em cuidados de saúde primários é o maior, com US\$ 29,1 milhões de dólares, incluindo investimentos em novos postos de saúde e gastos nos serviços prestados para o controlo de doenças, saúde na família, emergências médicas, serviços de nutrição, o qual apoia a nossa estratégia de vigilância epidemiológica. Reforçamos os cuidados de saúde secundários e terciários com US\$ 19,6 milhões de dólares, o que inclui US\$ 10,9 milhões de dólares para cuidados hospitalares, US\$ 7,2 milhões para serviços ambulatoriais e US\$ 1,3 milhões para infraestruturas. Além disso, um investimento de US\$ 11,4 milhões de dólares no Hospital Nacional Guido Valadares cobre as suas necessidades de cuidados de saúde secundários e terciários. Um apoio global de US\$ 10,7 milhões de dólares ao Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos (SAMES) ajuda a reforçar e preparar a cadeia de fornecimento médico, a gestão farmacêutica e a logística da saúde para prevenir, detetar e tratar doenças. O Fundo de Infraestruturas vai financiar US\$ 4,8 milhões de dólares para concluir a construção do Hospital de Baucau e unidades de Cuidados Intensivos, e instalações pediátricas no Hospital Nacional Guido Valadares.

Apoiar o investimento na educação é outra das principais componentes do Orçamento do Estado. O orçamento do Ministério da Educação sobe para US\$ 111,4 milhões de dólares, isto é, 5% do orçamento total do Estado, onde cerca de US\$ 78,4 milhões de dólares são um investimento nas nossas crianças, especialmente importante, já que, em tenra idade, o pré-escolar e o ensino básico acabarão por conduzir ao seu potencial humano e reforçar as suas condições no futuro como jovens adultos e cidadãos produtivos pela sua participação ativa no desenvolvimento sustentável e na construção da Nação. Cerca de US\$ 3 milhões de dólares financiam infraestruturas pré-escolares, US\$ 17,9 milhões de dólares financiam infraestruturas de educação básica, US\$ 4 milhões de dólares financiam os Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) e US\$ 44,9 milhões são destinados a salários dos professores de educação básica e restantes funcionários. Para pôr isto em perspetiva, de acordo com evidências científicas recentes da UNICEF, por cada dólar que gastamos na educação pré-primária temos um retorno de 9 dólares em benefícios para a sociedade <sup>2</sup>. Com esta intervenção, aumentaremos, pelo menos, a nossa taxa de participação no ensino básico para 96 pontos percentuais. Cerca de US\$ 24,9 milhões de dólares são direcionados para apoiar o ensino secundário, incluindo US\$ 10,4 milhões de dólares em infraestruturas, para permitir um ambiente de aprendizagem adequado, porque isso melhora o desempenho dos nossos alunos, e US\$ 12 milhões são dedicados aos salários dos professores e funcionários. Por outro lado, focamos os investimentos no nosso sistema de ensino superior, para continuar a promover a qualidade e o acesso. São propostos cerca de US\$ 26,4 milhões de dólares para este setor, incluindo US\$ 6,3 milhões para o Ministério do Ensino Superior e US\$ 20,1 milhões para a Universidade Nacional de Timor-Leste, com o

<sup>2</sup> UNICEF, 2020. COVID-19: UMA RAZÃO PARA DUPLICAR OS INVESTIMENTOS NO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO.

objetivo de manter serviços para estudantes, investigação e capacidade de investigação científica. Esta intervenção ajudará a garantir que 50% das instituições de ensino superior sejam acreditadas, que 1350 alunos detentores de bolsas de estudo no estrangeiro tenham sucesso no seu desempenho escolar, que a investigação prioritária para o nosso País seja concluída nas áreas dos sistemas de agro-produção, agroeconomia e direito, relacionados com a cultura e tradição de Timor-Leste, e para formar 170 médicos, enfermeiros e parteiras, 263 profissionais de economia e gestão, 158 profissionais de ciências sociais e 26 advogados. O Fundo de Infraestruturas vai financiar US\$ 4,8 milhões de dólares para completar a Nova Escola Polo de Baucau e priorizar a construção do Instituto Politécnico de Aileu e Betano, e da Nova Cidade Universitária em Aileu.

## **INFRAESTRUTURAS**

As infraestruturas públicas são a base do nosso desenvolvimento social e económico. Em 2011, criamos o Fundo de Infraestruturas para construir e manter infraestruturas essenciais, incluindo estradas e pontes, portos e aeroportos, eletricidade, água e saneamento, instalações públicas e outros setores estratégicos. Estes investimentos, sob a forma de projetos plurianuais, são financiados a partir do Orçamento do Estado e através de parcerias público-privadas e de empréstimos externos. Ao longo dos 10 anos de operações, o Fundo de Infraestruturas concluiu 988 projetos, enquanto outros 868 projetos estão em curso, novos ou planeados. Desde o início do Fundo, o valor total de todos os projetos aprovados foi de US\$ 4,8 mil milhões, enquanto a execução atingiu US\$ 3,1 mil milhões, ou seja, 64%. Na implementação destes projetos foram criados 61.325 postos de trabalho.

No Orçamento do Estado para 2021, vamos investir US\$ 474 milhões de dólares em capital de desenvolvimento, incluindo US\$ 340 milhões do Fundo de Infraestruturas. Um estudo do Banco Mundial de 2019 mostra que os países em desenvolvimento, em média, investem 4% do seu PIB em infraestruturas públicas, contudo, a nossa infraestrutura foi severamente degradada por anos de guerra e conflitos. Em 2021, o Fundo de Infraestruturas vai investir cerca de 13% do PIB total em infraestruturas públicas.

O nosso programa do Governo dá prioridade a melhorias na governação do setor das infraestruturas. Uma vez que os nossos investimentos têm um custo de oportunidade claro, temos de os escolher com sensatez, garantindo que geram retornos sociais e financeiros que justifiquem os escassos recursos que alocamos. Continuaremos a manter os nossos projetos com elevados padrões de transparência, viabilidade, impacto ambiental, procedimentos de aquisição competitivos, garantia de qualidade e boa relação custo-benefício. Durante 2021, iremos rever exaustivamente os nossos processos e instituições de planeamento, garantindo que as nossas salvaguardas são robustas e eficazes.

Nesta intervenção, vou agora focar apenas alguns subsectores. Analisarei a eletricidade, o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, o Porto de Tibar, as tecnologias da informação, as estradas e o setor petrolífero.

## **Eletricidade**

Como descrito no nosso programa do Governo, o acesso a um fornecimento regular e fiável de eletricidade é um direito básico, bem como um elemento-chave da nossa economia. Pretendemos garantir a eletricidade 24 horas por dia, para todos os cidadãos, a um preço acessível e justo. O nosso programa compromete-nos também a depender, cada vez mais, de fontes de energia renováveis. Desde 2011, mais de US\$ mil milhões de dólares foram gastos no setor da eletricidade.

Infelizmente, o nosso setor energético continua a ser atormentado por custos elevados, interrupções frequentes, distribuição ineficiente, excedendo a sua capacidade. Geramos a nossa eletricidade queimando gasóleo, o que, pela sua natureza, é dispendioso e prejudicial para o ambiente.

No nosso orçamento para 2021, vamos investir US\$ 18 milhões de dólares para fortalecer o nosso sistema de distribuição, na sua maioria linhas e transformadores, para chegar a cada vez mais cidadãos. Também gastaremos quase US\$ 140,1 milhões de dólares, ou seja, cerca de 7% do nosso orçamento, para o combustível e a manutenção de geradores de eletricidade em Hera e Betano.

Uma vez que os nossos custos de produção são elevados, temos de continuar a subsidiar significativamente a eletricidade aos nossos consumidores. Apesar de gastarmos cerca de US\$ 140 milhões em eletricidade, vamos angariar apenas US\$ 33 milhões de dólares em taxas de eletricidade. E, apesar destes subsídios, as nossas empresas enfrentam preços significativamente mais elevados do que a maioria dos países da ASEAN. Por exemplo, em Díli, em 2016/2017, as nossas empresas pagaram mais do dobro do preço unitário pago em Bangucoque, Hanói e Singapura, e quase o triplo do preço pago em Jacarta.

Os problemas do nosso setor da eletricidade refletem, em grande medida, a tecnologia atualmente utilizada. Em 2021, vamos desenvolver um projeto ou uma série de projetos, para gerar energia de forma mais barata, limpa e sustentável, através do solar ou do Gás Natural Liquefeito (LNG). Para apoiar estas mudanças tecnológicas, vamos também transformar a Eletricidade de Timor-Leste (EDTL) numa empresa pública. Isto reforçará a sua autonomia e permitir-lhe-á funcionar de forma mais eficiente e empresarial.

## **Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato**

A modernização do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato é uma prioridade do nosso Governo. Precisamos de expandir a pista, garantir que o aeroporto cumpre as regras de segurança e outras normas de aviação, e instalar iluminação para voos noturnos.

Em 2018, recebemos 275 mil passageiros, mas, em 2019, esse número baixou para menos de 100 mil. Para que o nosso setor de turismo concretize todo o seu potencial, pretendemos atingir 1 milhão de passageiros por ano. Isto exigirá reduções de preços, aumento de tráfego e aumento da concorrência.

A expansão da pista permitirá aviões maiores e mais pesados, com origem em distâncias mais longas. O investimento estimado necessário é de US\$ 483 milhões de dólares, a ser financiado através de uma combinação do Orçamento do Estado, empréstimos, parcerias público-privadas e doadores. Em 2021, atribuímos US\$ 16 milhões de dólares do Fundo de Infraestruturas para cobrir a aquisição de terrenos, compensações e outras atividades iniciais. A negociação e mobilização de empréstimos deverá estar concluída em 2021. A construção da primeira das três fases deverá começar em meados de 2022 e deverá estar concluída até 2024.

## **Porto de Tíbar**

O Porto de Tíbar (*Tíbar Bay Port*) é um projeto de elevado interesse nacional estratégico. É a primeira Parceria Público-Privada (PPP) que estamos a implementar. A construção teve início em agosto de 2018, sob a gestão do Grupo Bolloré, detentora de um contrato de 30 anos, no valor de US\$ 490 milhões de dólares. Espera-se, após uma prorrogação de 9 meses devido à COVID-19, que a construção esteja concluída em maio de 2022.

A expansão portuária visa resolver os problemas de congestionamento atuais e permitir que embarcações de maiores dimensões atraquem e desembarquem. Espera-se que reduza os custos de transporte marítimo e aumente o volume de carga. Durante 2021, concluiremos um estudo de preparação e viabilidade de um parque industrial. Com localização prevista para Liquiçá, espera-se que crie 4.000 postos de trabalho e promova o transbordo, reembalagem e produção orientada para as exportações ligadas ao Porto de Tíbar.

## **Tecnologias de Informação e Comunicação**

O nosso futuro depende da nossa capacidade de inovar e de utilizar as tecnologias da informação. Isto exigirá não só mudanças nas competências e na educação da nossa população, como exigirá uma melhor conectividade. Somos um dos poucos países do mundo ainda ligados à internet via satélite, em vez de cabos de fibra ótica. Esta tecnologia, via satélite, é significativamente mais lenta, menos fiável e mais cara. De acordo com dados de 2019 da *Seasia.co*, Timor-Leste tem a segunda velocidade de internet mais lenta do mundo. A nossa velocidade é 25 vezes mais lenta do que a média em toda a Ásia e Pacífico. E, enquanto os nossos cidadãos pagam cerca de US\$ 300 dólares por *megabits* por

segundo, as taxas no Camboja, na Indonésia e na Austrália são de US\$ 8,1 dólares, US\$ 1,8 dólares e US\$ 2,1 dólares, respetivamente. Esta situação tem um impacto negativo no nosso crescimento económico e impede os nossos cidadãos de acederem à informação e de receberem uma vasta gama de serviços *online*.

Para transformar a nossa conectividade, em 2021, vamos investir US\$ 41 milhões de dólares para instalar um cabo submarino de fibra ótica com ligação ao território norte da Austrália. Espera-se que este cabo seja instalado no próximo ano.

## **Estradas**

Este ano, incluindo empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e do Banco Mundial, vamos alocar US\$ 180 milhões de dólares à construção e modernização de estradas e pontes. Estes importantes investimentos em infraestruturas básicas, que excluem o projeto Tasi Mane, representam 51% do Fundo de Infraestruturas e cerca de 9% do Orçamento do Estado para 2021. Desde o início do Fundo de Infraestruturas, foram alocados mais de US\$ 1,1 mil milhões de dólares ao desenvolvimento de estradas e pontes. Uma vez que as nossas necessidades de infraestruturas vão sendo satisfeitas, espera-se que estas despesas possam reduzir-se no futuro.

No nosso Orçamento do Estado para 2021, estão a ser atribuídos mais US\$ 25 milhões de dólares à manutenção, reabilitação e melhoria desta infraestrutura, incluindo US\$ 6 milhões de dólares para estradas rurais no nosso programa R4D (*Roads for Development*), ou seja, Estradas para o Desenvolvimento.

## **Petróleo**

A nossa riqueza petrolífera continuará a financiar a construção da nossa Nação e o nosso investimento na saúde, educação e bem-estar do nosso Povo. Estes recursos têm sido extremamente bem geridos, alcançando uma das mais altas classificações para a governação dos fundos nacionais soberanos. À medida que os nossos recursos petrolíferos em *Baya Undang* se esgotam, a nossa estratégia é explorar novos campos na área do *Greater Sunrise*. Em 2018, negociámos uma fronteira marítima e um tratado com a Austrália, que aumenta a nossa parte das receitas de 50% para 70%, desde que o petróleo seja processado em Timor-Leste. Uma estimativa da *Conoco Phillips, Shell e Osaka Gas* projetou que estes campos poderiam gerar aproximadamente US\$ 50 mil milhões de dólares em receitas, enquanto as estimativas dos custos de investimento necessários para estabelecer uma indústria petrolífera na Costa Sul são de, aproximadamente, US\$ 18 mil milhões de dólares.

Embora os custos de investimento sejam elevados, é urgente transformarmos o sector petrolífero, da atual fase de extração pura, para um sector viável e industrializado, que crie valor acrescentado e garanta a independência energética. Embora os custos de

investimento sejam elevados, espera-se que o projeto gere, em termos líquidos, cerca de US\$ 30 mil milhões de dólares de receitas adicionais, a serem depositadas no nosso Fundo Petrolífero. Nesta perspetiva, os nossos investimentos petrolíferos não constituem um obstáculo a um investimento em pessoas ou ao desenvolvimento humano, mas são um facilitador deste desenvolvimento. Estes US\$ 30 mil milhões de dólares serão essenciais para financiar a próxima fase do nosso desenvolvimento e esta transferência intergeracional garantirá uma tábua de salvação para as nossas futuras gerações. No nosso orçamento de 2021, alocámos US\$ 8,5 milhões de dólares do Fundo de Infraestruturas para investimento no projeto Tasi Mane e US\$ 71 milhões de dólares para a Timor GAP, contribuindo para a gestão sensata dos nossos recursos petrolíferos.

## **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Os riscos económicos e sociais de hoje exigem um maior nível de apoio governamental. Uma vez financiadas as nossas prioridades de saúde e proteção social, focamo-nos em impulsionar um crescimento direcionado para a luta contra a pobreza e equitativo, através de uma mistura cuidadosa de um aumento da produtividade dos gastos com um pacote adicional de Recuperação Económica que imediatamente dê escala e estimule a economia.

O surgimento do Coronavírus, a crise interna e os desastres naturais levaram ao nível negativo da atividade económica deste ano. É possível que a atual recessão esteja mais concentrada no período entre abril e junho, pois foi aí que Timor-Leste, toda a região, e muitas partes do globo entraram num rigoroso bloqueio. No entanto, a recessão parece ser de curta duração, uma vez que as atividades estão a normalizar mais rapidamente do que o esperado e à medida que as nossas capacidades orçamentais promovem o crescimento económico. Ainda assim, pode ser que algumas das distorções económicas persistam mesmo depois do fim da recessão. Se o Parlamento Nacional aprovar esta proposta orçamental, isso permitirá um alívio fundamental e imediato. Uma recessão sem um Orçamento do Estado e com as consequentes limitações às políticas públicas do Governo, levará a uma queda mais profunda da economia e prejudicará o rendimento das pessoas. O Orçamento do Estado desempenha, portanto, um papel fundamental na luta contra a recessão. Por conseguinte, gostaria de explicar algumas das formas importantes através das quais as nossas políticas públicas, financiadas pelo Orçamento do Estado, nos ajudarão a combater esta queda da atividade económica, mas, mais ainda, na forma como desempenham um papel na manutenção dos padrões de vida e dos meios de subsistência dos Timorenses em todo o País.

Numa altura em que estão em risco os padrões de vida das pessoas e os choques da COVID-19 persistem, e, especialmente, quando o País precisa de ultrapassar uma contração profunda de 6%, será benéfico desencadear agora efeitos a longo prazo na produtividade e na criação de emprego, ao mesmo tempo que se conseguem efeitos positivos a curto prazo para aliviar esse fosso no produto interno bruto.

O crescimento equitativo, apoiado por um forte apoio político dirigido por investimentos governamentais de alto retorno, deverá ter impactos significativos no PIB e no bem-estar a longo prazo. Estes efeitos duradouros são desejáveis e bem-vindos para estimular a economia, reduzir o desemprego e construir um caminho de melhor crescimento e resiliência.

As nossas políticas visam essencialmente calibrar o declínio da atividade económica e acelerar a recuperação.

Em primeiro lugar, no apoio às pessoas e às empresas. Uma característica proeminente do Orçamento do Estado é facilitar o empréstimo de dinheiro aos Timorenses e ao setor privado. A lógica é que esta política impeça tanto indivíduos como empresas de irem à falência e encorajar as pessoas e as empresas a contraírem empréstimos para apoiar as suas compras, trabalhadores e investimentos, o que aumentará a procura, para inverter a contração económica. Isto será conseguido com a capitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste e do Banco Central de Timor-Leste com US\$ 50 milhões de dólares. Consideramos importante capitalizar o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste e o Banco Central com US\$ 40 milhões e US\$ 10 milhões de dólares, respetivamente, porque os bancos precisam de ser resilientes nos eventos de *stress* causados pela COVID-19 e pela recessão. Os nossos bancos precisam de recursos suficientes para continuar a emprestar e para manter o crédito a fluir para toda a economia, uma vez que se destina a dar-lhes uma almofada para ser usada em tempos de *stress* financeiro. É do interesse de todos que o nosso sistema bancário seja resiliente, para que use o capital visando tornar a nossa economia mais forte.

Em segundo lugar, acreditamos que podemos alcançar ganhos de produtividade e criação de emprego com outras políticas que apoiam o desenvolvimento de setores produtivos.

Em 2021, vamos desenvolver uma nova política de turismo, plano mestre e marca de turismo, identificando o potencial de crescimento de cada possível local, com o objetivo de promover Timor-Leste como destino turístico na Ásia-Pacífico, a par de várias atividades de *marketing*, como feiras e exposições. O orçamento do turismo disponibilizado, para esse fim, é de US\$ 11,9 milhões de dólares.

As nossas políticas e investimentos visam promover e desenvolver o setor agrícola como principal motor da transformação estrutural da economia. A agricultura em Timor-Leste tem tido um desempenho abaixo do seu potencial e, portanto, não gera valor para a economia de forma plena. O peso da agricultura no produto interno bruto é menos de 1% do PIB. A visão estratégica do Governo é sobre segurança alimentar, agricultura moderna e sustentável orientada para o mercado em Timor-Leste, com a redução da pobreza nas zonas rurais e melhoria da qualidade e bem-estar dos Timorenses na agricultura, pesca e pecuária. Sistemas agrícolas mais produtivos e diversificação podem potenciar a boa nutrição e o bem-estar do Povo Timorense. Por conseguinte, o orçamento do Ministério da Agricultura é de US\$ 31,9 milhões de dólares, para começar a acelerar a transformação

agrícola, apoiando o potencial produtivo e exportador da produção florestal, de culturas de rendimento, de culturas alimentares e de aquicultura. O Plano de Recuperação Económica acordado dá prioridade à renovação das nossas plantações de café com novas técnicas, que melhoram a produtividade e a qualidade das exportações, impulsiona a produção florestal para aumentar o rendimento dos agricultores, à intensificação da pecuária para melhorar a dieta das populações, à criação de incentivos diretos à produção e comercialização de produtos (arroz, milho, feijão, soja e mandioca), e a ativação e expansão das explorações aquícolas, concentrando-se na criação de tilápia, permitindo e apoiando o setor privado a desenvolver o mercado.

Além disso, para apoiar a transformação e um setor agrícola cada vez mais diversificado, o Orçamento do Estado prevê financiar a modernização, a industrialização e um aumento da produtividade agrícola com US\$ 16,8 milhões de dólares, alocados no orçamento do Ministério da Agricultura e Pescas. Durante o ano de 2021, o orçamento para a agricultura tem por objetivo contribuir para uma transformação estrutural, através do desenvolvimento de infraestruturas (exploração de sistemas de irrigação e construção de instalações de aquicultura), abastecimento de água, armazenamento e transformação para apoiar os agricultores, aumento da produção animal (apoio à produção de laticínios de caprinos, ovinos e vacas, à produção de suínos e frangos locais, e melhores raças de vacas), aumento da produção de outros produtos (arroz, milho, horticultura, café), aumento do acesso aos mercados e cadeias de valor através da estruturação de empresas agrícolas, que operem na cadeia de valor do agronegócio no País, apoio ao desenvolvimento de plantações comerciais e sândalo, utilização dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, e investimentos no setor florestal (Sândalo, Saria, Teca, Mogno e Pau Rosa).

Estas são outras medidas a financiar e que visam criar um forte retorno económico:

- Desenvolvimento do setor privado e capacitação em áreas económicas: US\$ 476.000, Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos (MCAE);
- Conceção e implementação de Estratégias de Formação Profissional e Reforço do Compromisso com a Formação Profissional para uma mão de obra qualificada com acesso ao emprego e desenvolvimento económico: US\$ 3 milhões, Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego;
- Aumento das receitas das alfândegas e da eficácia da cobrança de impostos: US\$ 14,2 milhões, Ministério das Finanças;
- Desenvolver, implementar, monitorizar e avaliar o Programa de Retorno Económico Básico: US\$ 37,7 milhões, Ministério da Administração Estatal;
- Desenvolver e promover Timor-Leste como destino turístico na Ásia-Pacífico com um plano de *marketing* e marca de turismo: US\$ 5 milhões, Ministério do Comércio, Turismo e Indústria;
- Desenvolver e promover atividades comerciais, incluindo promover e comercializar produtos nacionais, apoio técnico e formação para o setor privado na área do

comércio, apoiar as atividades de exportação e importação, e a criação de "Projetos de Economia Social" para facilitar as empresas nacionais (em cooperação com o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): US\$ 2 milhões, Ministério do Comércio, Turismo e Indústria;

- Estabelecimento, desenvolvimento e apoio de centros industriais: US\$ 1 milhão, Ministério do Comércio, Turismo e Indústria;
- Gestão de ativos petrolíferos: US\$ 70,6 milhões, Ministério do Petróleo e Minerais;
- Desenvolvimento, produção e comercialização de produtos de bambu: US\$ 623.971, Instituto do Bambu;
- Melhorar o acesso ao mercado de produtos locais: US\$ 1,2 milhões, Centro Logístico Nacional (CLN).

Os Timorenses precisam de empregos e de empregos que sejam sustentáveis para a sua subsistência. Para que isso aconteça, o Governo utilizará uma série de políticas, tal como referi antes, incluindo investimentos públicos diretos no sector da proteção social, infraestruturas e agricultura, e desenvolvimento de competências através da formação profissional. Um grande constrangimento de desenvolvimento que enfrentamos para criar emprego é a falta de competências técnicas e empresariais entre os jovens. As suas competências serão essenciais para impulsionar uma economia estável e diversificada, que crie empregos dignos no sector privado. O nosso mais recente estudo sobre a mão de obra, de 2015, estima que todos os anos mais de 30.000 Timorenses atingirão a idade ativa, mas apenas estão a ser criados 4.000 novos postos de trabalho no setor formal. As insuficientes oportunidades de ensino pós-secundário e um mercado de trabalho formal pequeno estão a obrigar a maioria da nossa população a prosseguir os seus meios de subsistência através da agricultura de subsistência, das microempresas e do trabalho não qualificado. A fim de aumentar as competências da nossa população pós-secundária e tornar possível a transição de uma economia de subsistência, o Governo vai investir cerca de US\$ 32 milhões de dólares, através de programas e centros de desenvolvimento de mão de obra variados, incluindo a Universidade Nacional de Timor-Leste e a Secretaria de Estado para a Formação Profissional e Emprego. O Governo continua empenhado em resolver o persistente problema do emprego, através destas medidas.

Para resolver outros problemas estruturais da nossa economia, o Governo vai também:

- Acelerar a adesão à Organização Mundial do Comércio;
- Facilitar o comércio transfronteiriço com os nossos países vizinhos;
- Melhorar a conectividade e a nossa infraestrutura de telecomunicações;
- E tomar medidas adicionais para desbloquear a aprovação final de grandes investimentos diretos estrangeiros, incluindo a reparação naval, o *Pelican Paradise* e o *TL Cement*.

## QUADRO INSTITUCIONAL

O nosso Orçamento do Estado para o quadro institucional inclui a justiça, a administração pública, a segurança, a defesa e os negócios estrangeiros, bem como as despesas dos Ministérios e agências que prestam serviços internos ao Governo, como os Ministérios do Planeamento e das Finanças. Em 2021, planeamos gastar US\$ 470 milhões de dólares no pilar institucional. Isto equivale a um quarto do nosso orçamento.

Inclui, entre outras, as 4 Grandes Reformas Institucionais, as nossas reformas 4G, que o Governo está a conceber e implementar, bem como o Plano Nacional de Ordenamento do Território, em que investiremos US\$ 3,8 milhões de dólares.

Vamos definir, de forma sistemática, o universo dos cidadãos Timorenses e o dos estrangeiros residentes no País, com base num registo civil moderno e num sistema digitalizado. Vamos concluir o enquadramento jurídico da lei das terras e dos imóveis e o seu regime de gestão. Vamos definir a base para o ordenamento e utilização territorial. Vamos fazer a modernização da administração pública. Estes são aspetos fundamentais do processo de construção do Estado. São também condição *sine qua non* para uma boa governação, para um desenvolvimento económico e uma prestação de serviços eficientes e eficazes.

Com este raciocínio, a Presidência do Conselho de Ministros vai coordenar as Reformas 4G. Isto incluirá importantes alterações jurídicas, incluindo a reforma da função pública e as alterações à gestão financeira pública, que serão submetidas ao Parlamento Nacional, após o debate sobre o orçamento. O apoio e a promulgação destas leis pelo Parlamento Nacional constituirão um passo importante no reforço da capacidade de gestão e da eficiência das operações do Estado.

As Reformas 4G centram-se na desconcentração e descentralização do processo de tomada de decisão e dos recursos, no reforço da responsabilização e da boa governação, na modernização, na promoção da inovação e no reforço da eficiência e da boa relação custo-benefício. Estas reformas incluem a reforma da administração pública, a reforma da gestão orçamental e financeira, a descentralização e a reforma judicial e legislativa.

Em primeiro lugar, melhoraremos o clima de negócios, a fim de facilitar o desenvolvimento do setor privado. Iniciámos e continuaremos o processo de racionalização do registo empresarial e do licenciamento empresarial, que pode ser moroso e desnecessariamente arbitrário e burocrático. Até ao final de 2021, planeamos ter um sistema de registo predial ou de escritura de título de propriedade. Saber quem é dono de cada parcela de terra e poder alavancar ativos para pedir fundos emprestados para a expansão do negócio, através de hipotecas, é uma base essencial de um Estado moderno e de uma economia moderna.

Em segundo lugar, os nossos sistemas governamentais têm de ser modernizados para que os cidadãos possam aceder aos serviços *on-line*. A base da nossa estratégia de Governo Eletrónico é criar identidades únicas e digitalizadas para todos os cidadãos. Isto facilitará o

acesso a um vasto leque de serviços, incluindo a saúde, a proteção social e o registo fiscal. Ter uma identidade única, verificável e informatizada reduzirá a fraude, eliminará a duplicação de pagamentos e lutará contra o uso de identidades falsas para transações comerciais.

Em terceiro lugar, continuaremos a implementar um vasto leque de reformas de planeamento e orçamentação. Os senhores deputados podem verificar, desde já, que o Orçamento do Estado deste ano, pela primeira vez, adota uma abordagem de orçamentação por programas. Isto melhorará a transparência, o custo dos serviços, a responsabilização pelos resultados e, portanto, o desempenho do Governo. Esperam-se melhorias significativas no futuro, relativamente a este formato de apresentação e orçamentação, à medida que os formatos são melhorados, à medida que as fragmentações no processo orçamental e nas instituições são tratadas, e à medida que os Ministérios melhoram as suas capacidades de planeamento, monitorização e avaliação. No futuro, o nosso orçamento descreverá melhor as políticas e estratégias de cada Ministério e descreverá melhor o que tencionam alcançar e quanto custará. A nossa adoção deste formato, já este ano, é um desenvolvimento muito positivo.

Em quarto lugar, em termos de reforma da gestão financeira, vamos diversificar as nossas fontes de receitas públicas. Geriremos melhor os pagamentos em atraso dos impostos e continuaremos a desenvolver estratégias prudentes de gestão da dívida. Vamos reforçar as nossas autoridades aduaneiras e fiscais, reforçando o seu desempenho e a sua responsabilidade. É urgente que melhoremos a nossa execução orçamental, especialmente em matéria de projetos de capital. Atualizaremos os sistemas informatizados de gestão financeira que utilizamos atualmente, de modo que os detentores de orçamento disponham de informações completas, atualizadas e precisas sobre os seus fundos disponíveis.

Em quinto lugar, a descentralização é um processo essencial para aproximar a prestação de serviços das pessoas e reforçar a responsabilidade para com as comunidades locais. Continuaremos a reestruturar as nossas instituições para garantir que os recursos humanos e financeiros sejam melhor distribuídos por todo o País.

Finalmente, o reforço do nosso sistema judiciário é primordial. Os nossos cidadãos dependem de um sistema de justiça justo, eficiente e acessível. Vamos desenvolver e custear um programa completo, para garantir que estes objetivos sejam realizados. Paralelamente, desenvolveremos meios extrajudiciais de resolução de litígios, como a arbitragem e a mediação, e continuaremos a garantir o papel relevante do direito tradicional e dos nossos meios costumeiros de resolução de conflitos.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Ilustres Deputadas e Deputados,

## **OBSERVAÇÕES FINAIS**

Trata-se de um Orçamento de Estado ambicioso para tempos extraordinários, em que o Governo precisa de ter mais capacidade de reação do que nunca. Uma lição que a COVID-19 nos ensinou é que para ultrapassar uma crise grave, é necessário o trabalho e a resolução de todas as instituições públicas, de cada ramo do Governo, de cada comunidade, e de cada um de nós.

Não podemos escolher as nossas adversidades institucionais, sociais e económicas. Mas podemos escolher o quão duros e eficientes estamos dispostos a trabalhar para enfrentar os desafios. Movemo-nos a grande velocidade e adaptámo-nos de formas sem precedentes para conter a pandemia e a extensão dos seus choques.

O Governo e o Parlamento Nacional fizeram a sua parte. Entendemos os riscos, mudámos o nosso comportamento e tomámos decisões que contribuíram para a segurança e resiliência da nossa Nação, e, dessa forma, liderámos na região e no mundo, através do exemplo. Temos uma grande dívida para com os nossos trabalhadores da linha da frente, cidadãos e líderes em todo o nosso País.

O Governo continuará a servir o seu Povo, já implementou políticas para a estabilização e decidiu prosseguir um Pacote de Recuperação Económica para reiniciar a economia. A nossa agenda para 2021 vai recuperar melhor e focar-se na criação de emprego para todos, com investimentos direcionados e sustentáveis que reforcem o rendimento médio das famílias, construam resiliência e gerem um crescimento equitativo. O Orçamento do Estado para 2021 está comprometido com o crescimento económico, resolvendo as lacunas na nossa proteção social, investindo nos cuidados de saúde e na educação, numa mão de obra mais forte e na criação de emprego. Não é uma tarefa pequena construir um País mais forte, resiliente e mais sustentável. Vai dar muito trabalho. Será necessário um compromisso político para guiar o nosso País para a frente e encontrar um terreno comum para identificar o maior número possível de políticas que possam concretizar os tão necessários progressos. Hoje é o nosso momento para construir um Timor-Leste melhor para todos.

***Por um Timor-Leste Rico, Forte e Seguro!  
Por um País mais moderno, próspero e desenvolvido!  
Que Deus nos abençoe a todos!***